

José Claudinei Lombardi
Marcos Lima
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO:
AS REVOLUÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX
E AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



XVII

A PEDAGOGIA HISTÓRICO–CRÍTICA E A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES: QUESTIONAMENTOS E APONTAMENTOS TÁTICOS PARA UMA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA*

Jeferson Anibal Gonzalez

Introdução

Em outubro de 2015, a convite do Professor José Claudinei Lombardi, ministrei a aula *Contribuições da Pedagogia Histórico–Crítica ao Ensino Fundamental*¹ na disciplina *Pedagogia Histórico–Crítica e a Escola Pública* oferecida pelo Programa de Pós–graduação em Educação da FE–UNICAMP². Naquele momento, declarei que a PHC não era o objeto central de minhas pesquisas e que a fala partiria da minha percepção sobre a recepção dessa pedagogia no âmbito da escola pública, ambiente no qual atuo como professor. Assim, intitulei minha fala como *Contribuição da Pedagogia Histórico–Crítica ao ensino fundamental: questionamentos e apontamentos táticos*, partindo do pressuposto de que aqueles que tomam como referência a PHC têm como horizonte a superação da sociedade de classes e a construção de uma sociedade comunista, por meio da revolução.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-06-2-f.379-392

¹ Dividi a aula com os professores Larissa Quachio Costa e Lucas André Teixeira. A gravação está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7sHFly14xDU&t=2083s>.

² Todas as gravações das aulas da disciplina estão disponíveis no canal da FE–UNICAMP: https://www.youtube.com/channel/UCwBPmo_ZITFEYq8RhF6CrRg. Há uma compilação com os links para as aulas na *fanpage*: <https://www.facebook.com/PedagogiaHistoricoCritica/>.

No segundo semestre de 2017, participei como aluno de doutorado da disciplina *Educação e Revolução*, e que ensejou a elaboração do presente texto, a partir das reflexões que propus na aula de 2015 e também por meio das leituras e discussões realizadas durante a disciplina.

Organizei o texto em duas partes. Primeiramente, apresento uma visão particular e, por isso sujeita aos equívocos da percepção imediata, sobre a recepção da PHC pelos professores na escola pública, reconhecendo o professor militante como aquele capaz de trabalhar efetivamente com a PHC. Na segunda parte, reafirmo a perspectiva revolucionária da PHC e aponto algumas questões táticas para a atuação militante do professor na escola e para além dela.

Espero, assim, contribuir com o vasto campo de desenvolvimento da PHC no âmbito da educação estatal, buscando a construção da educação pública que sirva como fomento à realização de uma estratégia revolucionária.

Os professores e a pedagogia histórico-crítica na escola

De início, levanto alguns questionamentos sobre a recepção da pedagogia pelos professores na escola. Os professores conhecem a pedagogia histórico-crítica? Se desconhecem, por que desconhecem? Se conhecem, são contra ou a favor? São contra, por que o são? Se são a favor, em qual grau procuram implementá-la?

Sobre a primeira questão, é possível organizar os professores em dois grandes grupos: os que desconhecem e os que conhecem a PHC. O grupo dos que desconhecem não é pequeno, tendo em vista que em nossa formação inicial, quando se fala em tendências e concepções pedagógicas, a discussão se restringe ao conflito entre as perspectivas tradicionais e escolanovistas, na centralidade dos professores ou dos alunos no processo educativo, em geral colocando a pedagogia tradicional como responsável por tudo de ruim na Terra e a pedagogia nova como detentora das chaves que abrem as portas do Céu para

tudo o que há de bom, praticamente ignorando outras concepções bem ao gosto de certo maniqueísmo pedagógico. Em alguns casos, conseguem discutir um pouco da pedagogia tecnicista, mas percebo uma grande dificuldade na diferenciação entre os aspectos da pedagogia tradicional e da pedagogia tecnicista, levando a um diagnóstico equivocado de que hoje ainda reinaria absoluta a pedagogia tradicional nas escolas estatais brasileiras. Dessa forma, a PHC fica quase no esquecimento, dependendo da vontade de alguns professores de ensino superior em colocá-la em seus planos de ensino. A situação não é diferente nos cursos de formação continuada que acabam por reproduzir as diretrizes e orientação dos documentos oficiais e, por conseguinte, reproduzem as pedagogias hegemônicas calcadas no “aprender a aprender” (DUARTE, 2001).

O segundo grande grupo, o dos que conhecem a PHC, por sua vez, estão divididos em dois subgrupos: o dos que são contrários e o dos que são a favor. Entre aqueles que são contrários, estão aqueles que reconhecem o referencial do materialismo histórico-dialético, com a perspectiva política da superação da sociedade de classes e logo se opõem pois enxergam na PHC uma ameaça aos seus privilégios, apresentando uma posição conservadora e muitas vezes reacionária. No entanto, há ainda nesses grupos aqueles se colocam no campo progressista, mas são contrários a PHC pois a identificam negativamente com o conteudismo, o elitismo da escola tradicional e pela própria defesa da educação escolar como forma principal de educação a partir da modernidade; acusam a PHC de engessar o processo pedagógico, tolher a vontade e criatividade dos educandos e, por isso, contribuir com as relações autoritárias e antidemocráticas na escola, chegando a se referir à PHC como neotradicional; esses progressistas contrários a PHC acabam por se alinhar às concepções que Saviani (2007) identificou como uma proposta de “nova escola popular”, referenciadas nas ideias de Celestin Freinet e Paulo Freire.

No campo do marxismo, mais restritas ao ambiente acadêmico, encontramos produções críticas a PHC, especialmente sobre a con-

cepção do “trabalho como princípio educativo” (TUMOLO, 2005; LESSA, 2007; TONET, 2011; LAZARINI, 2010). Boa parte dessas críticas foram respondidas por Saviani (2012) e Duarte, Ferreira, Malan-chen e Muller (2012).

Voltando aos professores da educação básica, agora dentro dos que conhecem e são favoráveis, enquadro aqueles que ignoram os fundamentos teórico-filosóficos e políticos da PHC, não a identificam com o marxismo, tratando-a apenas como mais um receituário didático-pedagógico para o cotidiano escolar e não como uma teoria revolucionária de defesa da escola pública e construção de uma sociedade para além do capital. Ou seja, são incapazes de trabalhar efetivamente com a PHC. Denomino esse grupo de “seduzidos” em alusão à tese *Sedução e alienação no discurso construtivista* (ROSSLER, 2006). Nessa tese, Rossler defende que a adesão de muitos professores ao construtivismo se dá pela sedução e não pela reflexão teórica crítica.

[...] o sucesso entusiasmado do ideário construtivista em nossa educação está relacionado, em grande parte, a suas aproximações ao universo ideológico contemporâneo, isto é, ao fato de este ideário reproduzir em seu discurso, de forma bastante retórica, determinados elementos valorativos e ideológicos presentes na vida cotidiana dos indivíduos. Não obstante, a vulnerabilidade intelectual e afetiva dos educadores ante esse processo de sedução, que se instaura nas relações entre esses educadores e o construtivismo, decorre da inserção desses indivíduos no cotidiano alienado de nossa sociedade, cuja natureza e configuração compromete o estabelecimento de uma reflexão teórica crítica, radical e consistente, por parte desses educadores com esse ideário da educação, predispondo-os a uma adesão deslumbrada, acrítica, imediata e espontânea (ROSSLER, 2006, p.283)

Isso aconteceria com a PHC? Guardadas as devidas proporções, já que o construtivismo é uma concepção hegemônica, defendida pelos documentos oficiais e propagada como a solução de todos os problemas educacionais, entendo que alguns educadores acabam seduzidos pela PHC, tendo em vista que o capital de tudo se apropria,

domesticando-a, despindo-a de seu caráter revolucionário e a transformando em mero compilados de passos didáticos. Não custa lembrar que chega a ser difundida por grupos educacionais privados contratados para gerenciar a formação continuada dos professores nos municípios.

Por fim, encontramos o grupo de professores militantes. Esses professores buscam a superação do verbalismo (teoria sem ação) e do mero ativismo (ação sem fundamentação teórica). Buscam compreender os limites e possibilidades da PHC no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Enxergam que: “o que a pedagogia histórico-crítica se propõe é articular a educação escolar com a luta da classe trabalhadora pela superação do capitalismo e implantação do socialismo” (SAVIANI, 2015, p. 130). São capazes de efetivar a pedagogia histórico-crítica, pois não dissociam o trabalho didático-pedagógico, seus fundamentos teórico-filosóficos, suas ações táticas e estratégia política.

Grosso modo, foi esse quadro que tracei a partir de minhas impressões sobre a recepção da pedagogia histórico-crítica pelos professores, em especial pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, com os quais mais convivi. Eleito o professor militante como aquele mais próximo da efetivação de uma teoria revolucionária da educação, passo agora a expor as contribuições e questões táticas

Apontamentos táticos e estratégia revolucionária

Concordo com Batista e Lima (2012), quando indicam que:

[...] a pedagogia histórico-crítica deve estar articulada aos movimentos de superação da ordem capitalista, tendo por norte a superação da sociedade de classes e a construção do socialismo, uma vez que está inserida historicamente no desenvolvimento da sociedade (BATISTA & LIMA, 2012, 26).

E mais à frente:

A pedagogia histórico-crítica articula-se de forma crítica à sociedade, a partir do entendimento de que sua estrutura é marcada pelo antagonismo de classes, cujos interesses são irreconciliáveis. Por tanto, caminha em desencontro aos interesses da classe dominante, gerando embates no interior da educação. Seus defensores devem buscar construir a hegemonia dos subalternos no interior da escola, instrumentalizando e adequando esse espaço aos interesses da classe trabalhadora (BATISTA & LIMA, 2012, p.32).

Com isso em mente, é preciso ressaltar que a “construção da hegemonia no interior da escola” exige algumas medições que extrapolam a organização do professor militante para além dos muros das escolas. Nesse sentido é que proponho pensar a questão em termos de estratégia e tática. Para Marta Harnecker:

A estratégia e a tática fazem parte da ciência da direção política revolucionária. Entende-se por estratégia e tática de um partido sua conduta política, isto é, o caráter, a orientação e os procedimentos de sua atuação política em relação a uma situação política concreta. A estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (HARNECKER, 2012, p.65).

Entendo que a própria educação assume um caráter estratégico tendo em vista a revolução como objetivo final. Saviani, ao discutir esse papel da educação aponta que é no campo da formação das condições subjetivas que se encontra a tarefa principal do trabalho educativo:

E é exatamente esse o âmbito de incidência do trabalho educativo que, conseqüentemente, deverá estar ancorado numa sólida teoria pedagógica que elabore e sistematize os elementos garantidores do

acesso aos elementos que assegurem o desenvolvimento da consciência, a compreensão clara da situação e a instrumentação técnica para uma ação eficaz. É essa, enfim, a tarefa a que vem se propondo a pedagogia histórico-crítica constituindo-se, em consequência, como uma teoria revolucionária da educação (SAVIANI, 2017, p.70).

Como teoria revolucionária da educação, portanto, a pedagogia histórico-crítica apresenta como tarefa premente a construção das condições subjetivas que podem servir à elevação da consciência de classe dos trabalhadores e que é necessária ao fomento da hegemonia dos subalternos. Nesse sentido, um caminho a se seguir é o de participar ativamente das discussões e embates educacionais de seu tempo.

Com o atual recrudescimento do neoconservadorismo, novamente busca-se impor um tipo de educação excludente, sob o manto da suposta neutralidade dos conteúdos educacionais. É esse o mote, por exemplo, do autointitulado “movimento Escola sem Partido”. Na esteira neotecnicista, apregoam que a educação deve ser libertada dos professores marxistas que doutrinam os alunos diuturnamente nas escolas estatais; como se fosse possível (e desejável!) um conhecimento neutro, asséptico, livre de qualquer influência por ideologias e visões de mundo. “A suposta ‘neutralidade’, a bem da verdade, demonstra as reais intenções da atual onda conservadora: disputar o controle ideológico através do discurso da eficiência, da técnica separada da política” (LIMA, GONZALEZ e LOMBARDI, 2017, p. 935).

A luta pela liberdade de aprender e ensinar assume, assim, uma importante disputa no campo ideológico, encarnada no fundamento lógico e histórico da sociedade capitalista que materializa em sua estrutura a divisão de classes com interesses antagônicos.

Desse caráter da estrutura social capitalista decorre que o papel da educação escolar será um se ela for posta a serviço do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante. E será outro, se ela se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. A

neutralidade é impossível. É isso o que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político.

Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais.

Ora, no caso da pedagogia histórico-crítica, uma de suas características fundamentais é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí, seu caráter de pedagogia contra-hegemonica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual (SAVIANI, 2014, p. 26).

Ao lado dessa luta para afirmar a educação em sua perspectiva de classe, os professores militantes da pedagogia histórico-crítica não podem deixar de resistir às reformas curriculares que visam diminuir conteúdos de formação cultural geral, em especial arte, filosofia e sociologia e aumentar a carga horária de uma formação imediata para o mercado. Esse é mais um ataque à educação dos trabalhadores, pois reduz ao máximo a possibilidade de se ter na escola o acesso aos conteúdos clássicos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e que possibilitam a superação do cotidiano alienado por meio da compreensão da historicidade dos conhecimentos.

No âmbito da organização política, o trabalho pedagógico não será possível sem que se ocupe espaços de poder decisório na gestão educacional. Por isso, a necessidade da participação efetiva em conselhos de escola e conselhos municipais de educação. Esses são espaços pelos quais passam boa parte das políticas que afetam o funcionamento das escolas e das redes como um todo. Aquela velha máxima do senso comum pedagógico de que o professor ao entrar e fechar a porta da sala de aula, passa a ter total controle sobre sua a atividade **não é verdadeira**. A atuação do professor na sala de aula depende da organização do sistema, das leis, normas e diretrizes curriculares que muitas

vezes são definidas à revelia dos profissionais da educação. É preciso, por tanto, ocupar esses espaços sob pena de se tornar um mero reprodutor das decisões alheias, que constantemente são opostas aos interesses dos trabalhadores.

Por fim, retomo aqui a necessidade de se aproximar dos movimentos sociais populares. Como aponta Cláudio Félix dos Santos:

A contribuição da pedagogia histórico-crítica às práticas educativas nos movimentos sociais segue em sentido oposto às teorias educacionais que dicotimizam as práticas não escolares das escolares, considerando essas últimas como de caráter burguês e limitado nas batalhas pelas transformações mais profundas da sociedade. Ao contrário dessas concepções, a pedagogia histórico-crítica vê reciprocidade onde muitos enxergam antinomia. A tarefa de organizador dos grupos sociais ou categorias, atividade precípua dos movimentos populares e sindical, será enriquecida se há escola com professores ensinando, oportunizando aos trabalhadores o acesso ao conhecimento que as práticas que as práticas educativas dos movimentos sociais não têm condições materiais e pedagógicas de realizar. Por sua vez, a função social da escola e de seus professores em desenvolver as máximas potencialidades nos alunos será enriquecida se existirem movimentos sociais desenvolvendo e dirigindo lutas nessa perspectiva, construindo referências e espaços de participação para que jovens gerações encontrem pontos de apoio efetivos para sua organização política (SANTOS, 2012, p. 202–203).

Como afirmei em outro momento: “formular e manter um projeto educativo a partir das reivindicações populares só será possível com a estreita ligação entre o cotidiano de luta dos movimentos sociais populares e a prática pedagógica” (GONZALEZ, 2010, p. 74). Desse modo, a contribuição recíproca entre a pedagogia histórico-crítica e os movimentos sociais populares e sindicais pode fortalecer lutas no interior da escola e também para além de seus muros, atingindo de maneira mais efetiva a sociedade como um todo.

Considerações finais

O debate amplo e fundamentado é a base de toda teoria e, em especial, das teorias que se colocam no campo da superação revolucionária da sociedade. A construção da pedagogia histórico-crítica, nesse sentido, configura-se em seu caráter coletivo e combativo. Tarefa, portanto, não de indivíduos iluminados ou grupos que se pretendem proprietários exclusivos da visão correta do fazer pedagógico. É tarefa militante levada a cabo por aqueles que discutem tendo em mente que as ideias não pairam no ar, deslocadas da materialidade que as produz, mas encarnam o movimento real da luta de classes e ocupam importante papel e formação política da classe trabalhadora.

A defesa da necessidade da militância do professor que se propõe a trabalhar com a pedagogia histórico-crítica vai ao encontro do entendimento de que uma teoria revolucionária da educação não deve ficar restrita à elaboração e aplicação de passos metodológicos (didatismo) e nem à mera reflexão sobre como a criança pensa (cognitivismo). É preciso ir além e tomar a escola como um todo, num processo de fortalecimento dos aparelhos de contra-hegemonia em favor da luta das camadas populares. Assim, com militância e trabalho educativo conjuga-se educação e revolução.

Referências

BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência filosófica à prática revolucionária. IN: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme. **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton; FERREIRA, Benedito J. Pinheiro; MALANCHEN, Julia; MULLER, Hermann de Oliveira. A pedagogia histórico-crítica e o marxismo: equívocos de (mais) uma crítica à obra de Dermeval Saviani. IN: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Educação e movimentos sociais populares: aproximação necessária à construção da educação popular. **Revista de Ciências da Educação**, [S.l.], set. 2010. Disponível em: <<https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/60>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani**: apontamentos críticos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Marcos Roberto; GONZALEZ, Jeferson Anibal; LOMBARDI, José Claudinei. A gestão empresarial da rede estadual de educação de São Paulo: o papel da tríade ideológica eficiência, produtividade e neutralidade **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.3 [73], jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8650924>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ROSSLER, João Henrique. **Sedução e alienação no discurso construtivista**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SANTOS, Cláudio Félix dos. Pedagogia histórico-crítica e movimentos sociais populares: para além das dicotomias entre práticas educativas escolares e não escolares. IN: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão;

BATISTA, Eraldo Leme. **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

_____. História, trabalho e educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 4–14, jun. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9448>>.

Acesso em: 18 Fev. 2018.

_____. Debate sobre educação, formação humana e ontologia a partir da questão do método dialético. IN: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução. In: ORSO, P. J.; MALANCHEN, J.; CASTANHA, A. P. (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da Revolução Russa**. Campinas: Armazém do Ipê, 2017

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25–46, Fev. 2014. ISSN 2175–5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9697/7085>>. Acesso em: 16 Fev. 2018.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

TONET, Ivo. **Educação e ontologia marxiana**. 2011. Disponível em: <<http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/>

EDUCACAO_E_ONTOLOGIA_MARXIANA.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 47, mai-ago. 2011,

